

# TRABALHO COMPULSÓRIO E POLÍTICAS INDÍGENAS NAS MINAS DO SERTÃO DAS JACOBINAS (1694-1706)

*Solon Natalício Araújo dos Santos*  
Mestrando em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
E-mail: s\_natalicio@yahoo.com.br

**Palavras-chave:** Trabalho indígena. Mineração. Sertão das Jacobinas. Resistência adaptativa.

Conforme o Coronel Pedro Barbosa Leal em seu relatório de 22 de novembro de 1725 para o Vice-rei Conde de Sabugosa, Vasco Fernandes César de Menezes (1720-1736), sobre a descoberta, por Antônio Carlos Pinto, das minas do rio Paramirim, “os certões da Bahia abundam em metaes de toda sorte” (LEAL apud VARNHAGEN, 1978, p. 69-70).

A representação do sertão, construída por viajantes, missionários e cronistas, na lógica da colonização constituía um espaço vazio no imaginário da sociedade colonial, indomado e selvagem, terra dos índios bravos, do medo, o espaço do outro em oposição à região colonial, o espaço social ocupado (MIGUEL; NEVES, 2007, p. 13-14). Entretanto, desde os primórdios da colonização, a ambição de alcançar o Eldorado alimentara os sonhos de portugueses e mamelucos, aos quais os índios transmitiam informações sobre a existência de serras nas cabeceiras do rio São Francisco onde havia metal amarelo ou prateado.

O Sertão da Bahia, nas palavras de Antonil, se estendia “até a barra do rio São Francisco, oitenta léguas por costa; e indo para o rio acima, até a barra que chamam de Água Grande, fica distante a Bahia da dita barra cento e quinze léguas; das Jacobinas, noventa” (ANTONIL, 1982, p. 199). Diante dessa imensidão de terras, a Jacobina do século XVII correspondia a um “terreno vastíssimo composto de serras altíssimas, e extensas em partes, quando em partes, tem planícies imensas, e terras menos altas” (VILHENA, 1968, p. 561). Região que, segundo Afonso Costa, tornou-se conceito de “tudo quanto se contasse fóra do recôncavo e do litoral”, “um nome opulentado de grandezas e de misérias” por seus metais e índios bravos (COSTA, 1916, p. 252).

O sertão das Jacobinas, “um espaço imaginário” geograficamente situado no centro da Capitania da Bahia, atual Piemonte da Chapada Diamantina, sem contornos precisos, possivelmente estendia seus limites no sentido N/S entre os rios Itapicuru Açu e Paraguaçu, e W/E entre o Médio São Francisco e o Recôncavo baiano. Essa região serviu como cenário

para os movimentos de ocupação e povoamento de variados agentes colonizadores (exploradores, curraleiros, missionários, soldados, autoridades, africanos, crioulos, mamelucos), mas também para a conquista e interação de diversas etnias indígenas (payayá, sapoiá, tocos, moritises, maracás, secaquerinhens ou cacherinhens, caimbés, pankararu, oren, oris, tamaquins, anaios, topins e amoipiras).

Nascida pelos currais, missões e famosa pelas minas de ouro, Jacobina era um território que às vezes se nomeava no plural como as Jacobinas. Pois houve duas povoações com este nome: a freguesia Jacobina velha, nos arredores da atual cidade de Campo Formoso, e a vila Jacobina nova, onde se conservou o nome e hoje é o município de Jacobina (COSTA, 1923, p. 277-282).

Este estudo pretende abordar as experiências, as relações sociais de trabalho e estratégias de lutas dos índios administrados e aldeados nas minas do sertão das Jacobinas. O trabalho nas minas das Jacobinas envolveu investimentos de particulares e do Estado com a instalação de fabricas, lavras e oficinas. Além dos crioulos e africanos, os indígenas aldeados por missionários e particulares foram utilizados como mão de obra para a extração dos minérios. A abordagem analisa as experiências e relações de trabalho envolventes neste “mundo de trabalho” específico, a partir da perspectiva renovada da história indígena, um índio real, não reificado nem mitificado. Espera-se assim que este projeto possa contribuir para ampliar o entendimento relativo à complexidade das classes trabalhadoras e do trabalho indígena na historiografia brasileira.

A partir da segunda metade do século XVI, diversas expedições, em sua maioria, saídas de Salvador, da Vila de Porto Seguro e de Ilhéus, partiram com um ímpeto inicial em busca de supostas riquezas minerais das terras incógnitas do sertão, arriscando-se em aventuras alimentadas por “mitos da conquista” (HOLANDA, 1977, p. 1-34). Desse período, as principais entradas para os sertões da Capitania da Bahia foram às de Gabriel Soares de Souza e Belchior Dias Moréia (LEAL apud VARNHAGEN, 1978, p. 69-83).

Em *História Territorial do Brasil*, Felisbello Freire (1998) cita que Soares de Souza:

partiu das margens do Jaguaripe, onde tinha sua fazenda, em procura dos sertões do Paraguassú, para d’hai demandar as nascentes do rio São Francisco, que era o seu principal objetivo. Remontando o Valle do Jaguaripe até suas cabeceiras, passou-se para o de Paraguassú, que transpõe depois de o haver seguido em grande extensão; enveredando-se depois para noroeste, atravessou as catingas ao Oriente da serra do Orobó, rodeou o rio Jacuípe, atingiu as cabeceiras do rio Itapicurú e chegou ao sitio de Jacobina, onde descobriu ouro e talvez prata; passou-se depois para as campinas do valle superior do rio Salitre, de onde se internou pelos sertões, procurando as

nascentes do rio São Francisco, perdendo nessa faina grande parte de sua comitiva, a ponto de não ficar tradição do itinerário que seguiu d'ahi por diante. As privações e doenças dizimaram toda a comitiva, vindo a fallecer Gabriel Soares em paragem afastada e desconhecida,..., ficando de todo as minas obscuras, até que Deus, queira manifestal-se (LEAL apud FREIRE, 1998, p. 72).

Conforme o Relatório de Pedro Barbosa Leal, Belchior Dias Moreyra, dos primeiros naturais da Bahia, neto de Diogo Álvares, vivia no sertão do rio Real abastado de terras, fazendas e de gado. Dois anos depois da expedição fracassada de Gabriel Soares, alguns dos seus remanescentes foram em busca de Belchior Dias pelo conhecimento que deste tinham, e o incentivaram a organizar uma nova entrada em busca daquelas minas de prata (LEAL apud VARNHAGEN, 1978, p. 69-83). Sobre esta entrada, Freire (1998) diz que:

preparado Belchior com a sua tropa no rio Real se encaminhou para as serras de Jacobina, fazendo seu caminho pelo rio Itapicurú acima, buscando o sertão de Massacará, passando pela serra Bendutayú, desta passou á serra do 'Puarassia' que se acha no meio da catanga do 'Tocano', onde fez exames d'ahi passou para a serra do 'Teiuba', onde também fez exames, passou della ás serras de 'Jacobina' e continuando sua marcha por ellas para a parte do sul foi a 'Pedra Furada', d'ahi passou ao rio Salitre e por elle acima foi buscar o lugar onde se presume que morreu Gabriel Soares, passou a serra 'Branca', da serra 'Branca' passou ás serras de 'Osoroá' que se avisinham ao rio S. Francisco e dellas passou ao rio Verde e do rio Verde ao Paramerim e por elle acima procurou a aldeia dos Tubajaras que existiu á beira do Paramerim, junto ao sitio que hoje chamam Periperi, donde voltou não sei por onde, mas sei que tornou a buscar o rio Salitre, seguiu por elle abaixo descobrindo as minas do 'Salitre', tornou a subir ao rio S. Francisco, seguiu por elle abaixo, foi ao 'Corariá', e onde descobriu as amethystas e novas minas de salitre na serra do 'Oroquery', continuou a marchar pelo rio abaixo, passou á outra parte de Pernambuco e se recolheu para 'Itabayana' a sua casa, gastando nessa entrada oito annos, no decurso dos quaes se não soube noticias d'elle, tanto assim que em sua casa o reputaram por mortos" (LEAL apud FREIRE, 1998, p. 72).

Belchior Moréia afirmou ter encontrado fabulosas minas de prata, entretanto, condicionou que só revelaria a sua localização caso tivesse a garantia das promessas de privilégios pelo Governo-geral. Como seus requerimentos não foram atendidos pelas autoridades, Belchior morreu sem revelar a sua devida posição. O que despertou nas sucessivas gerações o interesse pela célebre "lenda sobre as minas de prata" (CALMON, 1983, p. 49-53).

Durante o século XVII, por estímulos de sonhos sobre o "Eldorado" e as minas de prata, outras diversas expedições em busca de metais e pedras preciosas foram organizadas para adentrar o sertão. Entretanto, estas explorações, como as anteriores, também não

trouxeram resultados práticos sobre a descoberta das minas. Contudo, mesmo diante desse malogro inicial, confirmou-se a existência do salitre (nitrato de potássio), um elemento menos nobre, mas muito utilizado para a fabricação de pólvora negra.

Por conseguinte, Francisco Dias D'Ávila, um sobrinho de Belchior Dias Moréia, por volta de 1620 havia entrado no sertão das Jacobinas em busca das nitreiras, conforme a carta abaixo:

Diz Francisco Dias d'Ávila que ele vai por ordem do senhor governador descobrir as minas do salitre, onde também pretende descobrir metais de ouro e prata, e os mais metais que se acharem, os quais estão desde o rio de S. Francisco até o rio da Cachoeira, de rio a rio..., as serras todas de Jacobina e a serra de Loinsembá, e destas ditas serras para o sertão cem léguas, e daí para a costa do mar outras cem léguas, e porque as quer registradas. Pede a Vossa Mercê mande ao escrivão da Câmara lhe registre as ditas minas no livro dos registros nas ditas passagens com as ditas confrontações. E receberá mercê. E se lhe passe certidão de como ficam registradas. Receberá mercê.- Despacho: Registre o escrivão da Câmara estas minas pelas confrontações que o suplicante pede e de como ficam registradas lhe passe certidão. Bahia, 5 de janeiro de 1627 (CALMON, 1983, p. 54).

Com efeito, ao longo do século XVII as empresas em busca do salitre foram tentadas varias vezes, porém ganharia mais impulso nas últimas décadas desse século. Durante o governo de Afonso Furtado de Mendonça (1671-1675), foram enviadas cartas a sertanistas da Casa da Torre, como o 2º Francisco Dias D'Ávila e o Pe. Antonio Pereira, com a ordem para que examinassem as minas de salitre e mandassem amostras. Segundo um Relatório do Conselho Ultramarino de 1679 sobre as minas no sertão das Jacobinas, a retirada do salitre dessa região envolveria grandes investimentos, pois não se poderia conduzir o minério em estado bruto, misturado com terra e pedra. Portanto, seria necessário a instalação de fabricas ou oficinas no mesmo sitio das minas, onde se separaria o salitre e o recolheria puro em armazéns, uma casa para o feitor e alojamentos para a mão de obra que executaria o serviço (BIBLIOTECA NACIONAL, DH, v. 88, p. 172-174). Entretanto, este empreendimento só seria levado em frente a partir do Governo de D. João de Lencastro (1694-1702).

O rei D. Pedro II, informado de que no sertão da Bahia se achavam minas de salitre, encarregou ao governador e capitão-geral D. João de Lencastro que apoiasse uma diligencia para a região onde se afirmava que havia as ditas nitreiras. Diante da recusa de alguns particulares “porque é muito mais facil representar a Vossa Magestade por um papel um descobrimento, que conseguil-o com a obra”, Lencastro decidiu ir pessoalmente ao sertão (BIBLIOTECA NACIONAL, DH, v. 33, p. 440-441). Partindo da vila de Cachoeira, João de

Lencastro e a sua comitiva marcharam “ao Jacaré, e dali a S. José das Tapaporocas”, donde foram “à Mata, aos Tocos, à Pinda, ao Papagaio, ao rio do Peixe, ao Tapicuru, à Serra do Teú, a outro Tapicuru chamado Mirim, e passou à Serra da Jacobina, onde refez o comboio, e continuando a marcha pelos campos daquela povoação, pelos de Terijó e pela Varnha Seca”, chegaram às minas de salitre “que chamam de João Martins” (PITTA, 1965, p. 351). O salitre colhido no referido sitio do Sertão das Jacobinas, depois de algumas experiências, foi constatado como de boa qualidade e enviado por uma frota de navios em barris de amostra para Lisboa. O que acabou convencendo a Coroa do acerto da empresa (PUNTONI, 2002, p. 33).

Vale lembrar que a mão de obra utilizada para a extração e transporte era de indígenas como os grupos payayá, sapoiá, secaquerinhens e cacherinhens, aldeados por missionários e fornecidos para o serviço do salitre. Os pagamentos desse serviço nem sempre eram realizados e havia muitas denúncias de abusos, agravando as tensões entre os índios e os colonos (PUNTONI, 2002, p. 33).

Dessa forma, necessitava-se sempre com urgência da intervenção de autoridades coloniais para a solução dessas questões. Como nos diz esta carta de 12 de abril de 1702, do Rei para o governador Lencastro:

Recebi a vossa carta de 2 de agosto em que dais conta dos índios que pretendeis situar nas terras das Minas de Salitre, com a condição de não serem violentados e que em uma aldeia que já tendes formado nas mesmas terras tínheis posto um clérigo de boa vida e procedimento. Sobre o primeiro ponto, que pertence aos índios, vos recomendo a execução dos meios de os persuadir que por sua vontade que se queiram situar nas ditas terras do salitre, e que façais sejam contratados e se lhes pague o seu trabalho como merecerem e [conforme] o estilo observado e justo para com aqueles que se ocuparem com o seu serviço, com grande respeito à conservação... aldeias contentes e satisfeitas de assistirem nelas... (BAHIA, AAPEB XXIX, p. 91-93).

A política indigenista da monarquia lusitana mantinha os índios separados com situação jurídica específica que lhes dava obrigações e direitos próprios e distintos dos demais segmentos étnicos e sociais da colônia, como um território próprio e coletivo que lhes garantia a sobrevivência e a vida comunitária. Essa condição, que lhes colocava em condição subalterna, também deu a possibilidade de construir novas identidades a partir das aldeias. Com isso, constata-se que ao enfrentar conflitos, os índios integrados à colonização em sua maioria não questionavam o sistema, mas o desrespeito às suas leis, pois se sentiam como súditos e vassallos do rei (ALMEIDA, 2007, p. 194).

Como bem lembrou Maria Regina Celestino de Almeida (2007), as relações de contato entre os índios e a sociedade colonial eram sempre vistas como simples relações de dominação, impostas aos índios de tal forma que não lhes restava nenhuma margem de manobra, a não ser a submissão passiva (ALMEIDA, 2003, p. 27). Entretanto, novos estudos revelam uma complexidade nas relações entre os índios e os agentes coloniais, em que aqueles buscavam seus próprios interesses e objetivos a partir da negociação e resistência adaptativa, que se alteravam no decorrer do processo de conquista e colonização.

Os grupos indígenas integrados à Colônia portuguesa tornaram-se índios aldeados e passaram a desempenhar diferentes papéis na sociedade colonial em formação. No interior dos aldeamentos, as diversas etnias indígenas misturadas entre si, mas também com colonos e missionários, aprenderam novas práticas culturais e políticas que lhes possibilitaram negociar pelos seus próprios interesses.

A lei de nº 1611, no que diz respeito à administração das aldeias, garantiu a jurisdição espiritual dos jesuítas e criou a figura do “capitão” da aldeia, morador (chefes indígenas ou “principais de suas nações”) encarregado do governo temporal. Além dessa, outras leis como as de 1653 e 1663 confirmaram a administração dos missionários e chefes indígenas. Porém, em alguns momentos conviveram administrações por particulares, por câmaras, por missionários, aldeias da Coroa, aldeias de repartição (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 119-120).

Os índios Payayá das aldeias de Jacobina e Morro do Chapéu, quando ficaram sem capitão-mor, indicaram Antonio Paulo Gonçalves, um “índio principal das mesmas aldeias, de valor para o serviço de S. Magestade e prudencia para as conservar e ter aquella nasçam prompta para qualquer occupaçam em occasiões que se offereça” (BAHIA, 1933, p. 165). O qual acabou eleito e nomeado capitão-mor das Aldeias dos Payayá “que habitam nas sobreditas partes para que o seja e as governe com satisfaçam”, por carta patente de 28 de junho de 1697 (BAHIA, 1933, p. 165).

Como capitão dos índios, Paulo Gonçalves foi um representante dos moradores dos aldeamentos payayá de Jacobina e Morro do Chapéu nas relações de trabalho das minas. Era ele, juntamente com os missionários, que governava, escolhia e alugava a mão-de-obra indígena para o trabalho nas minas de salitre, condução das boiadas e outros “serviços de S. Magestade”. Além disso, ele também intermediava junto ao Governador e outras autoridades os apelos e representações para os pagamentos dos salários atrasados dos índios (PUNTONI, 2002, p. 33).

O sucessor de Lencastro no governo do Brasil, o D. Rodrigo da Costa, mandou sindicat as minas de salitre do Sertão das Jacobinas e as constatou como de fraco e limitado rendimento (PITTA, 1965). Assim, devido às grandes despesas, o rei D. Pedro II decidiu paralisar a fabrica de salitre do sertão das Jacobinas em 1706 (PUNTONI, 2002, p. 33).

De certo, a atividade mineradora que fixou volumosas populações no intimo dos sertões, ocorrera somente com a descoberta do ouro e diamante, entre o final do século XVII e princípios do XVIII, paralelo nas regiões das Minas Gerais, do Goiás, de Mato Grosso e do Sertão das Jacobinas e Rio de Contas na Bahia (ABREU, 1963, p. 143).

Como bem lembrou Puntoni (2002), no mundo colonial “o papel destinado ao indígena também o previa como um povoador apto a atender o seu caráter militar, de defesa” e como mão de obra (PUNTONI, 2002, p. 50). Os índios eram os únicos capazes de dar o conhecimento das terras e contribuir para as empreitadas no sertão com os homens necessários para diversos serviços. As próprias autoridades coloniais tinham uma visão da importância de se agradar e negociar com os indígenas para que estes se ocupem em serviços importantes para Sua Majestade. Como atesta a resposta do governador d. Rodrigo da Costa ao rei D. Pedro II:

E eu procurarei com toda atenção que no meu trabalho se conservem os ditos índios de maneira que não tenham a menor queixa e se lhes pague prontamente o serviço que fizerem. E pelo clérigo que lhes assistia ser um pouco áspero, e inquieto o mandou retirar o meu antecessor: com toda a brevidade possível porei na dita aldeia sacerdote de toda a capacidade, para lhes ensinar a Doutrina e administrar os Sacramentos... (BAHIA, 1946, p. 91-93).

O Coronel Pedro Barbosa Leal, a quem João de Lencastro havia ocupado inicialmente na assistência da fabrica de salitre, em 1701 para 1702 manifestou que descobriu ouro no rio Pindobuçú, localizado no sertão das Jacobinas. Entretanto, diante dessa novidade, o governador D. Rodrigo da Costa mandou proibir o comercio de minas, recolherem as amostras de ouro, e fechar as minas (LEAL apud VARNHAGEM, 1978, p. 69-83). Segundo Capistrano de Abreu, estas proibições se devem ao fato da Coroa julgar as descobertas demasiadamente próximas do litoral, demais expostas a assaltos de piratas ou invasores (ABREU, 1963, p. 143).

Contudo, as noticias já haviam chegado aos ouvidos de particulares e se espalhado rapidamente, fazendo com que o Sertão das Jacobinas se tornasse o alvo de uma corrente migratória. Os povoados que surgiram desse fluxo, cresceram na medida em que os

garimpeiros aprofundavam-se pelos talhados das serras, tomando terras para construir os seus abrigos de choupanas ou choças. Esse alvoroço acabou gerando motivos para que, até então, um pequeno arraial já por volta de 1720 fosse elevado a Vila de Santo Antonio de Jacobina (COSTA, 1916).

Portanto, a expansão curraleira, a instalação das fazendas, a distribuição de sesmarias e a mineração do salitre e do ouro condicionaram o longo processo de conquista e construção colonial do Sertão das Jacobinas. Neste contexto instável das relações culturais e sócio-econômicas entre os indígenas e os agentes coloniais, os papéis dos payayá, sapoiá, secaquerinhens e cacherinhens, diante do quadro de interiorização do Projeto Colonial dentro de seu território, oscilaram entre a cooperação e a resistência.

Nestas circunstâncias, os aldeamentos apontaram como um campo para novas oportunidades de negociação e resistência das etnias sobreviventes. Embora a condição de aldeados tenha levado os índios do sertão das Jacobinas à paulatina transformação das formas tradicionais de organização e reconstrução de sua identidade étnica, propiciou-lhes, também, uma inserção cultural e atuação política na sociedade colonial a partir da exploração do seu trabalho nas minas de salitre e ouro.

A documentação analisada revela que na condição jurídica de aldeados, os índios passaram a constituir categoria social genérica dos despossuídos e subalternos, imposta pelos colonizadores, mas especificamente apropriada por eles e construída no processo de sua interação e experiência histórica com os diferentes agentes sociais da Colônia. Os aldeamentos consistiram em um espaço luso-cristão de ressocialização dos povos indígenas, mas também foi o local onde os índios desenvolveram as suas culturas políticas de resistência adaptativa que tornaram possível a recriação de suas identidades e a aprendizagem de novas práticas que lhes permitiram colaborar e negociar com a sociedade colonial em busca de possíveis vantagens neste específico “mundo do trabalho”.

## Fontes

BAHIA. Carta patente de 28 de junho de 1697, nomeando o Capitão-mor da aldeias dos índios Payayás, de Jacobina e Morro do Chapéu. In: *Anais do Arquivo Público da Bahia*, Salvador, Imprensa Oficial do Estado, v. XXI, 1933. Direção de Alfredo Vieira Pimentel.

\_\_\_\_\_. Carta sobre os índios que se mandaram aldeiar nas Minas de Salitre serem bem tratados, 12/4/1702. In: *Anais do Arquivo Público da Bahia*. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, v. XXIX, 1946. Direção de Alfredo Vieira Pimentel.



\_\_\_\_\_. Resposta à carta sobre os índios que se mandaram aldeiar nas Minas de Salitre serem bem tratados, 8/10/1702. In: *Anais do Arquivo Público da Bahia*. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, v. XXIX, 1946. Direção de Alfredo Vieira Pimentel.

BIBLIOTECA NACIONAL. Carta para Sua Magestade sobre o descobrimento do salitre, 12/7/1692. In: DOCUMENTOS HISTÓRICOS. *Provisões, Patentes, Alvarás, Cartas (1648-1711)*. Rio de Janeiro, Typ.Arch. de Hist. Bras, 1936. v. 33, p. 440-442.

BIBLIOTECA NACIONAL. Parecer do Conselho Ultramarino relativo às minas nos sertões da Jacobina na ribeira do rio Salitre, 9/12/1679. In: DOCUMENTOS HISTÓRICOS. *Consultas do Conselho Ultramarino, Bahia, 1673-1683*. Rio de Janeiro, 1950. v. 88, p. 172-174.

## Referências

ABREU, João Capistrano de. *Capítulo de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Comunidades indígenas e Estado nacional: histórias, memórias e identidades em construção (Rio de Janeiro e México – séculos XVIII e XIX. In: ABREU, Marta; GONTIJO, Rebeca; SOIHET, Rachel (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*. 3. ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

COSTA, Afonso. Jacobina Minha Terra, de antanho e de agora. In: *Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia*, v. II, 1916.

COSTA, Afonso. 200 anos depois – A então Vila de Jacobina. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, Imprensa Oficial, n. 48, 1923.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

MIGUEL, Antonieta; NEVES, Erivaldo Fagundes (Orgs.). *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais*. Salvador: Editora Arcadia, 2007.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela (Org.). *História do Índio no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Anotações de Pedro Calmon. São Paulo: Editora Brasileira, 1965.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão. Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: HUCITEC-EDUSP; FAPESP, 2002.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 10. ed. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1978. Tomo II, v. I.

VILHENA, Luiz dos Santos. *A Bahia do Século Dezoito*. Notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Ed. Itapuã, 1968. v. III.